

Volta ao Planalto a expectativa dos 5 anos

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

Com a vitória do Centrão na Constituinte, o Palácio do Planalto volta a ter esperança de que seja aprovado em plenário, e com o apoio de maior número de governadores, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. "Agora Sarney se prepara para reorganizar as forças situacionistas e trabalhar no plenário da Constituinte pelo restabelecimento dos cinco anos de mandato", disse o ex-ministro dos Transportes, senador Afonso Camargo (PTB-PR).

"O presidente Sarney não está realmente interessado na questão" — desconversou o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. "Acontece que mandato presidencial e regime de governo são temas proibidos no Centrão", explicou o deputado José Lins (PFL-CE), um dos articuladores do Centrão.

Admitindo que com a vitória do Centrão a tese dos cinco anos poderá voltar à discussão, o ex-governador Leonel Brizola disse: "Isso será um desastre, pois o atual presidente perdeu as condições essenciais de governar a longo prazo". O atual governa-

dor do Rio, Moreira Franco, apóia os quatro anos de mandato em conversa, mas não quer se indispor com Brasília. Até agora, Moreira tem conseguido verbas federais — é preciso ajudá-lo por causa de Brizola — e, apesar de todos os boatos, não viu desfeitas duas de suas principais indicações: Márcio Fortes no BNDES e Edson Nunes do IBGE.

O mesmo não se pode dizer de outro governador que defende os quatro anos de mandato para Sarney, Fernando Collor de Melo, de Alagoas. Quando o multipresidente Ulysses Guimarães ocupava interinamente a vaga de Sarney — que viajava para o Exterior — Collor queixou-se das retaliações que seu estado vem sofrendo por ele ter sugerido à bancada alagoana votar pelos quatro anos. Mais prudente, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que nunca teve compromisso firmado com o presidente José Sarney, tem dito que "o governo de Pernambuco apóia o processo de transição política cujo objetivo é consolidar a democracia no Brasil e tem no presidente José Sarney uma referência".

Formalmente, as declarações dos demais governadores não diferem da prudência manifestada pelo governador pernambucano. Orestes Quércia, de São Paulo, ao ver aprovado o mandato de quatro anos manifestou-se pelo de cinco. Depois em encontros mantidos ao longo dos últimos meses, chegou a ser lembrado numa reunião de governadores como o provável candidato do PMDB à Presidência da República. "Mas o Quércia tem medo, ele sabe que entrar agora é entrar numa fria" — disse um assessor.

Ir ao sabor das ondas é o que costuma fazer também o governador da Paraíba, Tarcisio Burity. Mas desta vez ele garantiu: "Vou até o fim com o presidente José Sarney". O governador Pedro Ivo Campos, de Santa Catarina, continua defendendo o mandato de cinco anos para Sarney e o presidencialismo como forma de governo: "O Sarney já abriu mão de um ano de mandato".

O mandato de cinco anos para Sarney é "necessário" no entender do governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul: "O presidente adotou teses sempre defendidas pelas

oposições, como a declaração da moratória da dívida externa e a decisão de implantação da reforma agrária" — diz em defesa do presidente.

O governador do Mato Grosso, Carlos Bezerra, disse ontem que continua apoiando o presidente José Sarney e seus cinco anos. Seu colega do Maranhão, Estado de origem do presidente, Epitácio Cafeteira, declarou que numa escala de zero a dez atribui nota oito ao governo federal.

"A Constituinte foi casuística ao reduzir o mandato do presidente da República mantendo integralmente os demais" — disse o governador do Pará, Hélio Gueiros, que admite a redução se houvesse eleições gerais no País. O governador de Minas, Newton Cardoso, garante que há garantias de apoio ao presidente, e atira farpas em seu próprio partido: "O PMDB não quer assumir o ônus por esta situação atribuindo a Sarney a culpa pela crise econômica".

Já o governador Antonio Carlos Valadares, de Sergipe, o único eleito pelo PFL, defende os cinco anos de mandato para José Sarney e só admite redução se as eleições forem gerais.